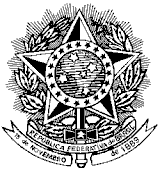
PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROAD Nº 6711/2022**

**1 - UNIDADE REQUISITANTE:** Coordenadoria de Comunicação Social

**2 - OBJETO**: Contratação de serviço de criação/diagramação do projeto gráfico e impressão de **(item 1) Livro “80 Anos da Justiça do Trabalho”** e **(item 2) Livro “Revista de Gestão 2021-2022”** (detalhamento constantes no Anexo 1 deste TR), para atender às necessidades do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, conforme Código CATSER que segue:

CÓDIGO DO SERVIÇO: 19275

DESCRIÇÃO DO ITEM: Edição/impressão obras públicas – Livro / Revista / Periódico

1. Informação acerca do serviço a ser licitado: Trata-se de serviço comum nos termos do art. 1° da Lei 10.520/2002.

**2.2 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

*2.2.1* *Livro “80 Anos da Justiça do Trabalho”:*

Refletir acerca dos 80 anos da Justiça do Trabalho no Brasil conduz à análise do trabalho e da construção das relações trabalhistas no País ao longo de sua história. Compreender o surgimento, a consolidação e a crescente relevância desta Justiça Especializada perpassa pelo conhecimento das peculiares questões sociais que permearam a história brasileira.

Em 1º de Maio de 1941, a Justiça do Trabalho é oficialmente instalada no País Decreto-Lei nº 3.229. Em seu início, esta Justiça Especializada estava dividida em oito grandes regiões brasileiras, as quais abrangiam territorialmente um ou mais estados da Federação.

Desde sua criação, a Justiça do Trabalho no Ceará tem contribuído de maneira decisiva para a Justiça Social no Estado. Das primeiras arbitragens de conflitos trabalhistas envolvendo categorias profissionais como operários têxteis, panificadores e gráficos às disputas contemporâneas envolvendo operários e empregadores da construção civil e trabalhadores de transportes coletivos, o Tribunal Regional do Trabalho do Ceará tem sido ator fundamental na organização da vida social local.

Embora possua este relevante papel na história local, até hoje são poucos os registros cujo autor seja o próprio Tribunal. Um dos protagonistas do mundo trabalhista, nas publicações existentes sobre o assunto o Tribunal costuma aparecer sempre como coadjuvante. A simbólica data dos 80 anos demonstra ser a ocasião adequada para que, por meio de uma publicação direta e objetiva, tal lacuna seja preenchida. Em razão de a pandemia de covid-19, a efeméride não pôde ser efetivamente comemorada, restando para este ano de 2022 a conclusão das comemorações da data festiva, incluso a publicação deste livro.

O que se propõe aqui é elaborar uma publicação cujo objetivo seja, ao mesmo tempo, o de organizar e publicar um documento destinado a prestar informações sobre a trajetória da Justiça do Trabalho no Ceará, que atue como instrumento de educação para os jurisdicionados, assim como celebrar significativa data para a população cearense e brasileira.

O livro privilegiará imagens e fotografias e será organizado para relacionar as contribuições da Justiça do Trabalho no Ceará a fatos importantes da vida social nesses 80 anos. Acredita-se que privilegiar fotografias seja uma maneira de atingir de maneira eficaz um público abrangente e diversificado (de alunos do ensino fundamental a magistrados).

*2.2.2 Livro “Revista de Gestão 2021-2022”:*

Como de praxe, ao final de cada gestão do TRT-7, é editada e impressa publicação especial dirigida aos públicos interno e externo com o intuito de divulgar ações da Administração e prestar contas à sociedade das atividades da Justiça do Trabalho do Ceará realizadas no respectivo biênio. A Revista de Gestão também tem por objetivo guardar o registro das principais ações administrativas e judiciárias do Regional cearense, com imagens e textos, referentes à gestão que se encerra, o que por sua vez contribui para a preservação da memória do Poder Judiciário. A publicação de Revistas de Gestão é uma ação de Comunicação Social praticada pela Administração do TRT-7 há mais de década.

Além disso, a produção de tal publicação é uma ação de divulgação do TRT-7 que atende ao disposto na Resolução nº 321/2022, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que institui a Nova Política de Comunicação Social no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Conforme o normativo, estão entre as diretrizes das ações de comunicação social, entre outras, “divulgar, de forma clara, didática, acessível e alinhada aos objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho e dos Tribunais, julgamentos, notícias, informativos, bem como serviços, campanhas e demais iniciativas institucionais”.

Da mesma forma, a Revista de Gestão 2021-2022 também está resguardada pela Resolução nº 85 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a política de Comunicação Social no âmbito do Poder Judiciário. O documento manda aprimorar a comunicação com público externo, divulgando informações sobre o papel, as ações e as iniciativas promovidas pelo Judiciário, além de dar transparência aos atos judiciais e administrativos de seus órgãos.

Ainda, as ações de divulgação do TRT-7 guiam-se pelo Objetivo Estratégico de “Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais” (perspectiva Sociedade), conforme o Plano Estratégico Institucional (PEI) do TRT-7 para o período 2021-2026. Por sua vez, o PEI deve se alinhar ao Plano Intraorganizacional da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus na temática Comunicação Social, que é assunto do Ato CSJT.GP.SG nº 84/2022.

Quanto à contratação do serviço de criação e diagramação do projeto gráfico dos livros, trata-se de uma tarefa especializada na área de design e programação visual. No entanto, o TRT-7 não dispõe de nenhum servidor dessa categoria, o que motiva a contratação dessa etapa do serviço, já que não há profissional habilitado em seu quadro funcional para a realização do mesmo.

**2.3 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DO OBJETO**

Os itens foram agrupados em grupo único, tendo em vista a natureza do objeto e visando à economia de escala. Por se tratar de mesmo tipo de serviço, diferenciando-se apenas pelo conteúdo e formatação, qualquer empresa que realize o serviço de um dos itens também realizará do outro, não havendo prejuízo de competitividade.

* 1. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

2.4.1 A contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

1. separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;
2. respeito às Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;
3. dar destinação final adequada aos cartuchos utilizados, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes, observando o sistema de logística reversa nos termos da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010;
4. proceder à separação dos resíduos recicláveis descartados de forma seletiva, especialmente o papel, de acordo com o programa de coleta seletiva do órgão e em observância ao Decreto n° 5.940/2006;
5. os bens utilizados na prestação do serviço devem ser constituídos por material atóxico, biodegradável e que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS.
6. obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.
7. o material deve ser fabricado com matéria prima oriunda de fontes de manejo sustentável. A comprovação da conformidade deverá ser feita, no momento da apresentação da proposta, por meio de Certificado de Cadeia de Custódia, nos termos da ABNT NBR 14790:2014, Certificado Cerflor, FSC ou similares, desde que reconhecidos nacionalmente.

**3. DA HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

a) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99;

b) habilitação jurídica;

c) regularidade fiscal e trabalhista.

* 1. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da CF, dar-se-á mediante declaração do licitante (no comprasnet) de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
  2. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica são:

1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br/);
3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
   1. Os documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista são:
7. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ ou Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
8. Comprovante de inscrição no Cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
9. Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS) e Municipal;
10. Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**4 - MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO**

1. **DA PROPOSTA DE PREÇOS:** No preço apresentado deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto deste Termo de Referência.

4.1.1 Não é permitida a subcontratação do objeto deste Termo.

4.2 **PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

4.2.1 A conclusão dos serviços de criação e diagramação do projeto gráfico e impressão de cada livro não poderá ultrapassar o prazo de 80 (oitenta) dias, e será considerado a partir da data do recebimento, pela contratada, da Ordem de Serviço acompanhada do briefing, das fotos, textos e demais elementos gráficos que farão parte do conteúdo informacional da publicação.

4.2.1.1 O serviço deve ser executado conforme o cronograma abaixo e obedecerá a três etapas: criação/diagramação, prova de cor impressa da capa e digital do miolo e impressão da versão definitiva.

**4.2.2 CRIAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO DO PROJETO GRÁFICO**

a) A criação/diagramação de cada livro será feita no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do recebimento, pela contratada, da Ordem de Serviço acompanhada do briefing, das fotos, textos e demais elementos gráficos que farão parte do conteúdo informacional da publicação, que serão disponibilizados pela Coordenadoria de Comunicação Social (CCS).

b) Esta etapa inclui a organização dos elementos visuais (fotos, ilustrações, gráficos, textos etc.) no projeto, por meio do uso de softwares profissionais de diagramação e paginação, ilustração e edição e tratamento de imagens.

c) A etapa de criação/diagramação do projeto gráfico será realizada sob a supervisão periódica de servidor da CCS, fiscal ou gestor do contrato, e somente será tido por concluído quando for emitido o Termo de Aprovação do Projeto.

d) A supervisão de criação/diagramação mencionada na alínea c) poderá ser feita remotamente, mediante o envio, a cada 5 (cinco) dias, pela contratada, para o e-mail comunicacao@trt7.jus.br, de arquivo digital com o projeto gráfico na fase em que se encontra, para acompanhamento e revisão pelo servidor da CCS e indicação de ajustes que se fizerem necessários.

e) O prazo mencionado na alínea a) poderá ser prorrogado, a critério do TRT7, por mais 15 (quinze) dias.

f) Ao finalizar esta etapa, a contratada deve disponibilizar ao TRT7 cópias do arquivo digital final de cada livro em formato aberto (editável) e em formato fechado (PDF). O envio desses arquivos poderá ser feito de forma virtual (e-mail, compartilhamento de arquivos em nuvem ou FTP).

**4.2.3 PROVA DE COR IMPRESSA DA CAPA E DIGITAL DO MIOLO**

a) Concluída a etapa de criação/diagramação do projeto gráfico, mediante Termo de Aprovação do Projeto, a contratada deve entregar a prova final de cor de cada livro (capa impressa e miolo em digital) em até 2 (dois) dias úteis do recebimento do Termo de Aprovação do Projeto.

b) Tendo sido aprovadas as provas de cor, fiscal ou gestor do contrato emitirá Termo de Aprovação de Prova de Cor e o projeto passará para a última etapa (item 4.2.4).

c) Em caso de a prova final necessitar de ajustes de cor ou impressão, a contratada terá mais 2 (dois) dias úteis para reimprimir e reapresentar nova(s) prova(s) final(is) impressa(s), a contar de recebimento de ofício, assinado por fiscal ou gestor do contrato, indicando os ajustes necessários.

d) A fase da alínea c) repetir-se-á tantas vezes forem necessárias até que o Termo de Aprovação de Prova de Cor seja emitido, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento, pela contratante, da primeira versão da prova de cor final.

e) Caso sejam identificados erros de conteúdo/diagramação nesta etapa do projeto, a indicação de ajustes pelo fiscal ou gestor do contrato e a correção dos mesmos também obedecerão ao disposto neste item 4.2.3.

**4.2.4 IMPRESSÃO DA VERSÃO DEFINITIVA**

A contratada terá um prazo de 20 (vinte) dias corridos, a partir da data de recebimento do Termo de Aprovação de Prova de Cor, para imprimir a versão definitiva de cada livro, na quantidade e especificações constantes no Anexo 1 deste TR.

**4.2.5 DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

4.2.5.1 Os trabalhos realizados pela contratada na execução da etapa 4.2.2 que envolvam o aspecto intelectual serão considerados de propriedade da contratante, para todos os efeitos, e implicarão a autorização imediata de seu uso e a transferência total dos direitos autorais patrimoniais à contratante, respeitadas as normas e as legislações pertinentes ao tema.

4.2.5.2 A contratada manterá o contratante incólume em relação a todas e quaisquer reivindicações, demandas, processos, danos, custos, encargos, despesas e indenizações que resultem de possível violação de direitos autorais, respondendo por eventual lesão a tais direitos perante terceiros, sem prejuízo da apuração das responsabilidades incidentes.

**4.3 DO LOCAL, HORÁRIO E DIAS DA EXECUÇÃO DO OBJETO:** Os serviços deverão ser entregues de forma parcelada, conforme Ordem de Serviço respectiva para cada item, em dia útil, na sede do órgão, Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no seguinte endereço: Rua Vicente Leite, 1.281, 1º andar, Coordenadoria de Comunicação Social, Ed. Anexo 2, Aldeota, Fortaleza-CE, CEP 60.170-151, no horário das 7h30 às 15h30.

**4.4 CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.** Os serviços serão recebidos:

a) Provisoriamente, pelo fiscal que acompanhou a execução do contrato, com base no que foi observado ao longo do acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 2 (dois) dias da comunicação escrita do contratado;

b) Definitivamente, a cargo de outro servidor ou comissão responsável pelo recebimento definitivo, condicionado ao recebimento da nota fiscal, no prazo de até 5 (cinco) dias a contar do recebimento provisório, com base na verificação do trabalho feito pelo fiscal e na verificação de todos os outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dita, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, observado o disposto no art. 69 da Lei nº. 8.666/93.

4.4.1 O recebimento definitivo do(s) serviço(s) não exclui a responsabilidade da contratada por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas verificadas posteriormente.

4.4.2 O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.** A Contratada obriga-se a:

1. Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita) preposto responsável por representar a contratada durante esse período;
2. Realizar os serviços no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta;
3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 10 (dez) dias o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
6. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação;
8. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites estabelecidos no art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.
9. Cumprir os critérios de sustentabilidade dispostos no item 2.4.
10. Entregar, junto com a nota fiscal, declaração de propriedade intelectual para autorização imediata de uso e transferência total dos direitos autorais patrimoniais à contratante, nos termos do item 4.2.5.

**6 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

6.1 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

6.2 Receber provisoriamente o serviço;

6.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

6.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

6.5 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**7 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

* 1. A gestão e a fiscalização da contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

7.1.1 A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

* 1. Os gestores e fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas na Resolução TRT7 nº. 8/2019, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.
  2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.
  3. A gestão e a fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.
  4. As informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada poderão ser prestados através dos telefones (85) 3388-9428 / 98185-6619 ou pelo e-mail comunicacao@trt7.jus.br.
  5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis*.*

**8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**9. DO PAGAMENTO**

9.1 O pagamento será efetuado de forma parcelada, conforme Ordem de Serviço respectiva para cada item, na conta bancária fornecida pela empresa, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo, condicionado ao recebimento do documento fiscal, ocasião em que este Tribunal verificará a regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS), com a Fazenda Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.2 No caso de a CONTRATADA não possuir estabelecimento ou unidade econômica em Fortaleza/CE, deverá apresentar ao CONTRATANTE, a cada prestação de serviço, juntamente com as notas fiscais de serviços, declaração anexa a este Termo, sob pena de incidir retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviço para o Município de Fortaleza/CE quando se aplicar a regra geral de incidência (local do estabelecimento prestador).

9.3 A apresentação da declaração de que trata o item 9.2 pela CONTRATADA poderá ser dispensada pelo CONTRATANTE após análise do primeiro pagamento pela Divisão de Orçamento e Finanças.

9.4 A CONTRATADA obriga-se a realizar e manter atualizado o autocadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), nos termos previstos no ATO TRT7.GP nº 56, de 23 de março de 2022, disponível em <https://www.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4885&Itemid=1258> (ou através do caminho [www.trt7.jus.br](http://www.trt7.jus.br/) > Serviços > Outros > SIGEO – Execução Financeira.)

9.5 Os documentos fiscais deverão ser enviados por meio do SIGEO-JT.

9.6 A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela veracidade, conformidade e eventuais correções das informações registradas no referido sistema, assumindo o ônus por quaisquer prejuízos decorrentes de erros ou falhas quanto aos dados e documentos informados, inclusive perante à Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos da Administração Pública.

9.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.8 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.9 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

9.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.10.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i/365 I = 6/100 I = 0,00016438

365

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

VP = Valor da parcela em atraso.

9.12 No Caso de aplicação de multa o valor respectivo será deduzido da fatura.

**10 - DO REAJUSTE**

10.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

10.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, quando for o caso.

10.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo, quando for o caso.

10.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**11 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa moratória, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor da quantidade entregue intempestivamente, limitada à 10% (dez por cento) do valor do contrato.

11.1.1 Se o atraso de que trata o item supra ultrapassar o prazo de 15 (quinze) dias, a Administração poderá entender pela inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

11.2 Além das sanções previstas nos itens supra, a Contratada poderá incorrer nas seguintes sanções:

a) Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos para a Contratante;

b) multa compensatória, no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do Contrato;

c) multa compensatória, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, na hipótese de inexecução total;

d) multa, no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do Contrato, para os demais casos de descumprimento contratual.

e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

f) Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3 As sanções previstas nos subitens 11.2, itens “a”, “e”, “f” e “g” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.5 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.9 A aplicação de sanções previstas neste instrumento, realizar-se-á em processo administrativo e assegurará contraditório e a ampla defesa à Contratada, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou e-mail.

11.10 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**12 - VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** Conforme Anexo deste Termo.

12.1 Os preços estimados, tanto unitário quanto global, correspondem aos máximos que este Tribunal se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.

**13 - REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço unitário

**14 - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NOS DOIS EXERCÍCIOS FINANCEIROS SUBSEQUENTES:**

O serviço referente a esta contratação terá impacto orçamentário apenas no exercício financeiro subsequente (2023). Essa previsão constará no Plano de Contratações do TRT-7 para 2023, conforme documento próprio informado à Secretaria Administrativa e à Secretaria de Orçamento e Finanças.

**15 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Lei nº 13.709/2018 - LGPD**

1. Em observação às determinações constantes da [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD),](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.709-2018?OpenDocument) o CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:
   1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
   2. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do objeto do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
   3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço/aquisição de bens, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
   4. Eventualmente, as partes podem ajustar que a CONTRATADA será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes do item *C* acima;
   5. Os dados obtidos em razão desse contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
   6. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pela CONTRATANTE e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.
2. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.
3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato.
4. A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo;
5. A CONTRATADA deverá informar imediatamente à CONTRATANTE quando receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito dos seus Dados Pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos Dados Pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas da CONTRATANTE ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.
6. O “Encarregado” ou “DPO” da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado da CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
7. A critério do Encarregado de Dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto (DPIA), conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
8. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI, bem como Capítulo VII e Seção I do capítulo VIII da LGPD.

16 – São anexos a este TR:

ANEXO I – Descrição detalhada do objeto.

ANEXO 2 – Valor Estimado.

* 1. Fortaleza, 02 de março de 2023.

**Hugo Cardim Pinheiro**

Diretor da Coordenadoria de Comunicação Social do TRT-7

**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de incidência do Imposto Sobre Serviço, à luz do art. 236-A, da Lei Complementar nº 159, de 26 de dezembro de 2013 (Código Tributário do Município de Fortaleza), que é domiciliada no município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e que não possui estabelecimento nem unidade econômica ou profissional em Fortaleza/CE.

Local e data.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante legal